

AGRICULTURA FAMILIAR, AÇÃO EXTENSIONISTA E POLÍTICAS PÚBLICAS: avanços, desafios e lições à promoção do desenvolvimento rural no Vale do Jequitinhonha-MG

FAMILY FARMING, EXTENSION ACTION AND PUBLIC POLICY: Advances, challenges and lessons for the promotion of rural development in the Jequitinhonha Valley, MG

Raphael Fernando Diniz

Universidade Federal de Jataí - UFJ, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Jataí, GO, Brasil
dinizrf@ufg.com

Antonio Nivaldo Hespanhol

Universidade Estadual Paulista - Unesp, Departamento de Geografia, Pós-Graduação em Geografia,
Presidente Prudente, SP, Brasil
nivaldo.hespanhol@unesp.br

Resumo

Várias ações e políticas públicas de combate à pobreza e à desigualdade social foram implementadas no Vale do Jequitinhonha-MG no decorrer das últimas décadas. Tendo em vista a importância destes instrumentos para a reprodução social de grupos histórica e geograficamente marginalizados, buscou-se analisar, neste artigo, os avanços alcançados e os desafios enfrentados para o fomento e manutenção da agricultura familiar nesta região. Para tanto, além da consulta a documentos oficiais sobre as políticas públicas implementadas e sobre o papel da ação extensionista neste processo, foram realizadas entrevistas com extensionistas rurais e com agricultores familiares beneficiários destas políticas. A partir das análises realizadas, concluímos que, não obstante os benefícios gerados em termos econômicos, sociais e políticos, diversas questões ainda persistem e impedem a instituição de um modelo de desenvolvimento rural mais solidário, autônomo e sustentável na região. Urge, com efeito, reconstruir, reestruturar e rearticular os instrumentos e estratégias de enfrentamento a estas questões de modo a fortalecer o dinamismo social, econômico e político dos territórios e instituir espaços de contiguidade onde a coesão horizontal seja posta a serviço do conjunto da sociedade.

Palavras-chave: Extensão Rural. Programa Minas Sem Fome. Programa de Combate à Pobreza Rural. Plano Brasil Sem Miséria. Programa Territórios da Cidadania.

Abstract

A number of actions and public policies aiming to combat poverty and social inequality have been implemented in the Jequitinhonha Valley, in the Brazilian state of Minas Gerais (MG), over the past decades. Given the importance of these instruments for the social reproduction of historically and geographically marginalized groups, this article reviews the advances achieved and the challenges faced in promoting and maintaining family

farming in this region. To this end, in addition to consulting official documents on public policies implemented and the role of extension action in this process, interviews were conducted with rural extensionists and family farmers benefiting from these policies. Based on the assessments carried out, we concluded that, despite the benefits generated at the economic, social and political level, a number of issues still persist, preventing the establishment of a more solidary, autonomous and sustainable rural development model in the region. In fact, there is urgency regarding the reconstruction, restructuring and rearticulating of the instruments and strategies for addressing these issues in order to strengthen the social, economic and political dynamism of the territories and to establish spaces of contiguity where horizontal cohesion is placed at the service of society as a whole.

Keywords: Rural Extension. Minas Sem Fome Program. Program to Fight Rural Poverty. Brasil Sem Miséria Plan. Territórios da Cidadania Program.

Introdução

Região de marcantes contrastes paisagísticos, fruto dos mais variados, perversos e predatórios processos socioeconômicos e socioculturais ocorridos ao longo de quase três séculos de colonização, o Vale do Jequitinhonha, situado no nordeste do estado de Minas Gerais, há tempos tem sido definido pelo estereótipo negativo de “região problema”, “bolsão de pobreza”, “vale da miséria”. Tais atributos foram construídos ao longo do século XX por estudos científicos, diagnósticos governamentais, reportagens na imprensa e discursos políticos, os quais criaram e reforçaram no imaginário social a representação de um único “Vale”, para o qual a expansão das relações de produção capitalistas foi considerada condição *sine qua non* para a superação do (suposto) atraso em que julgava-se encontrar sua população. Moura (1988, p. 5, *grifos do autor*), a este respeito, destaca:

A insistência com que a questão social do Vale do Jequitinhonha é centralizada na elevação dos níveis de renda evidencia como uma aliança entre rótulos e números quer imputar atributos negativos a uma sociedade, tais como ausência de atividade econômica significativa, fraco dinamismo dos atores envolvidos, tradicionalismo, de modo que a expansão de atividades fundadas no lucro capitalista se tornem remédio *par excellence* para o desenvolvimento, trazendo, enfim, vida para onde supostamente existem apenas um povo moribundo e uma terra agonizante.

Em meados do século XX, utilizando-se do pretexto da necessidade de se implementar ações para superar as questões sociais, ambientais e, sobretudo, econômicas, consideradas como significativos entraves à integração desta região ao restante do estado,

foi criada a “Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha” (CODEVALE), agência destinada ao planejamento e intervenção estatal em seu território (LEITE, 2010; SOUZA, 2010; SERVILHA, 2012). Adicionalmente, instituiu-se o Distrito Florestal do Vale do Jequitinhonha, no qual foram definidas as áreas prioritárias para a implantação de grandes empreendimentos públicos e privados de monocultura do eucalipto – atividade denominada eufemisticamente por “reflorestamento” – em terrenos localizados nas chapadas, considerados como “terras devolutas” (CALIXTO; RIBEIRO, 2007; LEITE, 2010).

Além dos incentivos à atividade silvicultora, foram concedidos também subsídios ao cultivo de grandes lavouras de café, cultura que foi introduzida na região graças a aplicação dos conhecimentos e técnicas veiculadas por intermédio do “pacote tecnológico” da Revolução Verde e, especialmente, pela ocorrência de geadas que provocaram significativos prejuízos aos cafeicultores do Paraná nos anos 1970 (“Geadas Negras”), interior paulista e sul de Minas Gerais (TUBALDINI, 1982; DINIZ, 2010; DINIZ *et al.*, 2012).

Os resultados decorrentes da implementação dessas ações foram diversos e, muitas vezes contraditórios. Por um lado, houve a geração de empregos com o cumprimento da legislação trabalhista – algo inédito para a maioria dos trabalhadores da região, a dinamização econômica e a urbanização dos municípios, o aumento na arrecadação de impostos, a modernização da infraestrutura de serviços públicos etc. (CALIXTO; RIBEIRO, 2007; SOUZA, 2010; TUBALDINI *et al.*, 2011; DINIZ *et al.*, 2012). Por outro lado, foram gerados impactos negativos à sociedade, como o aumento da concentração de poder em torno das oligarquias locais, o enriquecimento de grupos hegemônicos extra-locais em detrimento dos grupos locais, a intensificação da concentração fundiária e de renda, a expropriação de terras de populações tradicionais e de agricultores familiares, a expulsão dos agregados das fazendas, o aumento das tensões e conflitos sociais no campo etc. (MOURA, 1988; RIBEIRO, 2007; RIBEIRO; GALIZONI, 2007; LEITE, 2010; RIBEIRO, 2010a; SERVILHA, 2012). Em termos ambientais, a “modernização” levada a cabo pela exploração predatória dos recursos naturais e da biodiversidade ocasionou a extinção de espécies vegetais e animais, a degradação química e física dos solos, a contaminação dos recursos hídricos, a diminuição na vazão dos rios e córregos e a modificação profunda da paisagem com a

substituição da diversidade de cores da riqueza florística dos cerrados pelo tom monocromático dos “desertos verdes” de eucaliptos (GALIZONI, 2005; DINIZ; TUBALDINI, 2011; DINIZ, 2013; DINIZ *et al.*, 2013).

Frente a esta realidade, e em luta pela sua transformação, emergiu nos anos 1980 um conjunto diverso e articulado de movimentos sociais que buscou engendrar ações de enfrentamento aos processos de expropriação e subordinação vivenciados pelas famílias da região e, adicionalmente, construir estratégias contra-hegemônicas de desenvolvimento com a finalidade de promover a sua autonomia e emancipação social (MOURA, 1988; RIBEIRO *et al.*, 2007; RIBEIRO, 2010b).

Neste contexto, ao longo dos anos 1980 e 1990 foram implementadas políticas públicas de estímulo à produção agropecuária pela construção de “fabriquetas comunitárias” – de farinha de mandioca, polvilho, mel, rapadura, açúcar mascavo, cachaça, queijo etc., as quais contribuíram para reduzir a penosidade do trabalho no processo de beneficiamento dos alimentos e para aumentar a renda familiar por meio da agregação de valor aos produtos agroalimentares (RIBEIRO *et al.*, 2007). Ademais, buscou-se fortalecer os mercados locais por meio do apoio às feiras livres, criação de marcas locais/regionais, incentivo ao associativismo comunitário para o beneficiamento, comercialização e melhoria da produção agropecuária, fomento à diversificação produtiva, apoio ao desenvolvimento e aperfeiçoamento do artesanato, estímulo ao turismo solidário rural etc. (RIBEIRO, 2007; RIBEIRO *et al.*, 2007; TUBALDINI *et al.*, 2011).

No início dos anos 2000, novas políticas públicas de desenvolvimento rural foram implementadas na região, as quais se diferenciaram de experiências anteriores por incentivarem, ainda que parcialmente e de forma limitada, a gestão compartilhada de equipamentos de uso coletivo entre o poder público, beneficiários, organizações não governamentais (ONGs), sociedade civil etc. Inicialmente, por meio da linha de Infra-Estrutura e Serviços Municipais (PROINF) do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), ocorreram importantes avanços neste sentido, como as experiências de se transformar os beneficiários, de agentes passivos/recebedores, em agentes ativos, cogestores dos projetos de desenvolvimento rural (RIBEIRO *et al.*, 2007). Posteriormente, buscando romper com a centralização do uso e controle dos recursos do programa nas municipalidades e, ao mesmo tempo, compatibilizar a participação e captação de demandas locais com a gestão coletiva entre agricultores, sociedade civil e

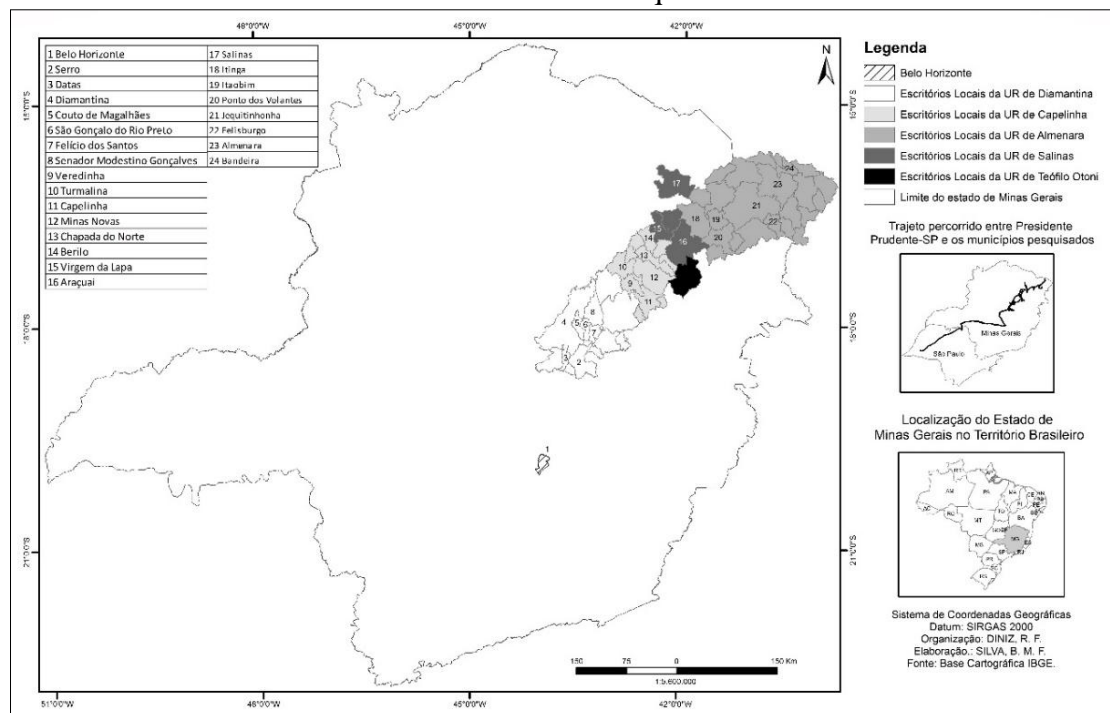
setor público, foram instituídas políticas que passaram a atender não apenas a um único município, mas a articulação de vários que constituíam um “Território Rural” (RIBEIRO *et al.*, 2007) e, a partir de 2008, um “Território da Cidadania” (OLIVEIRA, 2015).

Isto posto, tendo em vista a diversidade de ações e políticas públicas implementadas nas últimas décadas no Vale do Jequitinhonha-MG com o propósito de promover o desenvolvimento rural por meio do combate à pobreza e às desigualdades sociais no campo, busca-se analisar, neste artigo, os avanços alcançados e os desafios enfrentados em termos socioeconômicos, ambientais e territoriais para o fomento e manutenção da agricultura familiar nesta região. Ademais, considerando o protagonismo da ação extensionista na implementação destas políticas, busca-se examinar o papel desempenhado pelos técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG) nos processos de concepção, elaboração e execução de projetos produtivos pelas famílias e associações de agricultores familiares.

Para tanto, além da consulta a documentos oficiais que continham informações e dados secundários referentes às políticas públicas de desenvolvimento rural implementadas neste início de século na região pelos governos federal e estadual, e relatórios anuais de atividades produzidos pelos escritórios locais da EMATER-MG, foram realizadas também entrevistas com os profissionais da empresa (30 extensionistas agropecuários e de bem-estar social) e com o público beneficiário de seus serviços e das políticas públicas (51 agricultores familiares) em trabalhos de campo realizados em 2015 e 2016.

O recorte espacial de investigação compreende 22 municípios pertencentes aos Territórios da Cidadania (TCs) do Vale do Jequitinhonha mineiro (alto, médio e baixo), os quais estão indicados no mapa 1.

Mapa 1: Recorte espacial de investigação: municípios pertencentes aos Territórios da Cidadania do Vale do Jequitinhonha



No item a seguir, realizamos análises e reflexões sobre os processos de implementação de políticas de desenvolvimento rural na região, especialmente em relação ao engendramento de iniciativas e projetos contra-hegemônicos voltados à autonomia dos sujeitos e grupos sociais subalternizados. A partir destas reflexões, buscamos criar inteligibilidades críticas a respeito dos efeitos socioespaciais destas políticas e da ação extensionista nos territórios de agricultura familiar do Vale do Jequitinhonha-MG, especialmente no que concerne à busca pela instituição e/ou fortalecimento de contra-racionalidades a fim de viabilizar a recriação e renovação dos espaços de contiguidade, *loci* da existência e resistência comum, da cooperação e integração solidária, isto é, de horizontalidades (SANTOS, 2008[1996]).

Do mesmo modo, almejamos contribuir, a partir de uma perspectiva geográfica, para o desenvolvimento dos estudos sobre a realidade da agricultura familiar no Brasil e das estratégias de reprodução social e econômica deste segmento para se adaptar e resistir aos novos dinamismos engendrados pela expansão do capital no campo, o que têm lhes permitido refutar os prognósticos acerca de sua extinção com o avanço deste processo e ocupar um espaço cada vez mais importante no atual cenário econômico e social brasileiro

(WANDERLEY, 2000, 2004; HESPANHOL, 2008; SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008; FERREIRA; FERNANDES, 2020; SALAMONI; FLORES, 2020).

Cumprir observar que a pesquisa que deu origem a este trabalho é uma continuidade de estudos empreendidos desde 2009 no Vale do Jequitinhonha-MG (DINIZ, 2010, 2013, 2018) e constitui parte das discussões construídas na tese de doutorado desenvolvida no âmbito do Grupo de Estudos Dinâmica Regional e Agropecuária (GEDRA), defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT-UNESP – Campus de Presidente Prudente-SP e financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) (Processo 2013/25725-8) (DINIZ, 2018).

O artigo está estruturado em três partes: introdução, com uma breve contextualização espaço-temporal da temática e do recorte espacial da área pesquisada, além da apresentação dos objetivos e dos procedimentos metodológicos adotados; em seguida procedemos à interpretação, análise e discussão dos resultados da pesquisa empírica; por fim, nas considerações finais, são apresentadas as principais implicações socioespaciais e socioeconômicas das políticas públicas objeto de investigação, as lições que podem ser aprendidas com o processo de execução dos projetos de desenvolvimento comunitário e territorial e as questões que ainda carecem de solução por parte dos agentes e atores sociais que atuam no Vale do Jequitinhonha-MG.

Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural nos Territórios da Cidadania do Vale do Jequitinhonha-MG

Com o propósito de se engendrar e fortalecer estratégias para o enfrentamento da pobreza e das desigualdades sociais no meio rural do Vale do Jequitinhonha-MG, foram implementadas ao longo deste início de século XXI diversas políticas públicas com recursos de origem federal e estadual, complementados, em determinados casos, com recursos municipais e/ou com financiamento de agentes privados, entidades filantrópicas internacionais e organismos multilaterais, como o Banco Mundial. Tais políticas possibilitaram a execução de projetos de âmbito local (comunitário) e territorial (conjunto de municípios) destinados a promover a inclusão produtiva dos agricultores familiares, a modernização e adequação das unidades de produção às normas sanitárias, ambientais e

trabalhistas, a inserção em mercados institucionais e o apoio à formação educacional e profissional dos jovens.

Neste artigo, são analisados projetos executados no âmbito de dois programas instituídos pelo governo do Estado de Minas Gerais, a saber: Programa Minas Sem Fome (PMSF) e Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR), e outros dois criados pelo governo federal: Plano Brasil Sem Miséria (PBSM) e Programa Territórios da Cidadania (PTC).

Concebidos com o objetivo de viabilizar a melhoria da qualidade de vida e das condições de trabalho, a segurança alimentar e nutricional de famílias em situação de risco e vulnerabilidade social, o aumento e a diversificação das fontes de renda e o fortalecimento do capital social no campo por meio do apoio a projetos coletivos de natureza produtiva e social, o PMSF e o PCPR foram implementados em Minas Gerais a partir de 2004 e 2006, respectivamente. Para a operacionalização de ambos os programas, os extensionistas da EMATER-MG atuaram na divulgação de seus respectivos editais, mobilização e capacitação das associações comunitárias, elaboração de projetos, distribuição de insumos, sementes e equipamentos de trabalho e prestação de serviços de ATER necessários ao pleno funcionamento dos empreendimentos coletivos de apoio à agricultura familiar. Os recursos financeiros destinados à implementação do PMSF entre 2004 e 2012 totalizaram mais de R\$ 100 milhões, provenientes, sobretudo, do orçamento estadual e, complementarmente, de emendas parlamentares, enquanto que o PCPR foi executado com o aporte de R\$ 123 milhões, com recursos do Banco Mundial (não reembolsáveis) e contrapartida do Tesouro Estadual. A escolha dos projetos apoiados pelos programas se fez privilegiando os espaços de decisão dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRSs), os quais são formados por, no mínimo, 70% de agricultores familiares.

Nos municípios do Vale do Jequitinhonha-MG, o PMSF e o PCPR viabilizaram a execução de projetos de fomento à organização social e produtiva por meio da aquisição e/ou reforma de equipamentos de uso coletivo e da requalificação dos estabelecimentos de produção.

Em Capelinha e Diamantina, por exemplo, criadores de gado leiteiro das comunidades rurais de Ponte Nova e Inhaí foram beneficiados com a aquisição de um tanque de resfriamento de leite (Foto 1). Os usuários deste equipamento, todos agricultores familiares, dispunham de um rebanho de 2 a 15 vacas e novilhas em 2015 e produziam, em média, de 20 a 100 litros de leite por dia em Ponte Nova e de 5 e 30 litros em Inhaí. A

comercialização da produção era feita para um laticínio com unidades nos dois municípios, que pasteurizava o leite e vendia ao governo do estado para doação do produto às famílias de baixa renda.

Foto 1: Tanque de resfriamento de leite disponibilizado a associação comunitária de Ponte Nova, município de Capelinha-MG pelo Programa Minas Sem Fome



Fonte: Autores.

Na comunidade de Bom Jesus do Galego, município de Capelinha, e no assentamento Transval, município de Jequitinhonha, os recursos do PMSF e PCPR foram utilizados na aquisição de equipamentos como amassadeira, mesa panificadora, fogão industrial, estufa elétrica, refrigerador etc. para a implantação de padarias comunitárias administradas pelas mulheres (Foto 2). Nestes empreendimentos coletivos é realizada a produção de pães, bolos, roscas e biscoitos e tais produtos são comercializados nas próprias comunidades, nos pequenos estabelecimentos comerciais, em feiras livres, além de serem vendidos aos mercados institucionais de alimentos, principalmente o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Foto 2: Equipamentos da padaria comunitária de Bom Jesus do Galego, município de Capelinha-MG, adquiridos por meio do Programa Minas Sem Fome



Fonte: Autores.

Em Couto de Magalhães de Minas, Ponto dos Volantes, São Gonçalo do Rio Preto e Veredinha a atividade de produção de derivados da mandioca (farinha, goma e polvilho) foi fomentada a partir da readequação das instalações de beneficiamento desta cultura e da aquisição de novos maquinários (Foto 3). Considerados elementos tradicionais da culinária do Vale do Jequitinhonha-MG, estes produtos agroalimentares são comercializados nas feiras livres, nas comunidades rurais, no comércio urbano e por intermédio do PNAE e PAA, constituindo-se numa importante fonte de renda para as famílias rurais e para a dinamização da economia local e regional.

Foto 3: Maquinários utilizados no beneficiamento de mandioca na agroindústria da comunidade de Santa Terezinha/Marinheiros, município de Ponto dos Volantes-MG, adquiridos por meio do Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR)



Fonte: Autores.

Em Capelinha, cafeicultores da comunidade de Chapadinha adquiriram maquinários para a secagem e limpeza dos grãos de café (Foto 4) e em Bandeira os apicultores instalaram uma agroindústria de processamento e envasamento do mel (Foto 5), comercializado com a marca da associação de apicultores do município, responsável pela administração do empreendimento.

Foto 4: Unidade de beneficiamento de café na comunidade de Chapadinha, município de Capelinha, implantada com recursos do Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR)



Fonte: Autores.

Foto 5: Unidade de processamento e envasamento de mel em Bandeira implantada com recursos do Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR)



Fonte: Autores.

Para os agricultores familiares beneficiados por estes projetos, o acesso às suas instalações e equipamentos permitiu-lhes alcançar progressos consideráveis nos esforços empreendidos para aprimorar, fortalecer e expandir suas atividades produtivas, a saber:

- 1) viabilização do acesso a maquinários de alta tecnologia e custo elevado e aquisição de novos conhecimentos e técnicas de produção por meio da participação em cursos de capacitação;
- 2) aumento e diversificação dos rendimentos com a melhoria da produtividade agrícola, desenvolvimento de outras atividades produtivas, padronização e agregação de valor aos produtos agropecuários e redução dos custos de produção;
- 3) melhoria das condições higiênico-sanitárias de beneficiamento e conservação dos produtos agroalimentares, o que permitiu a muitos empreendimentos obter o alvará sanitário para realizar a comercialização da produção no município e em todo o território do estado de Minas Gerais;
- 4) organização, inserção produtiva e geração de renda extra para atores histórica e geograficamente marginalizados pelas políticas públicas e relações socioculturais no campo, como as mulheres rurais;
- 5) promoção do dinamismo econômico das comunidades rurais e dos municípios;
- 6) inserção dos agricultores e agricultoras nos mercados institucionais de alimentos (PAA e PNAE) e fomento aos circuitos curtos de comercialização da produção familiar;
- 7) melhoria da qualidade de vida e das condições laborais com o alívio da penosidade e a redução do tempo de trabalho em determinadas atividades de produção e beneficiamento de alimentos;
- 8) melhoria do sabor dos alimentos a partir do uso de novos conhecimentos e técnicas adequadas de beneficiamento e conservação dos produtos;
- 9) promoção da segurança alimentar e nutricional de famílias em situação de risco e vulnerabilidade social;
- 10) incentivo à modernização dos estabelecimentos agropecuários etc.

Observa-se, com efeito, que o PMSF e PCPR subsidiaram e fomentaram a construção/fortalecimento de espaços de contiguidade nas comunidades rurais, onde novas horizontalidades e solidariedades foram estabelecidas entre os atores sociais que se engajaram na concepção e execução de projetos contra-hegemônicos de desenvolvimento comunitário, possibilitando-lhes aprimorar a produção e incrementar a renda, favorecendo o processo de reprodução social das famílias no campo.

Depreende-se, desse modo, que a implementação de tais programas reafirma e realça a importância social, econômica, política e ambiental da agricultura familiar, legitimando e valorizando o papel imprescindível que desempenha na produção de alimentos e abastecimento do mercado interno e dos centros urbanos.

A agricultura familiar também é importante na geração de emprego e renda, contribuindo, assim, para o dinamismo socioeconômico do campo brasileiro, o que está em consonância com as reflexões realizadas por Wanderley (2000, 2004), Hespanhol (2008), Schneider; Niederle (2008), Schneider; Cassol (2014), Salamoni; Flores (2020), entre outros autores.

No entanto, diversas questões ainda persistem e impedem o aprimoramento e expansão dos empreendimentos coletivos ou mesmo inviabilizam o seu controle e apropriação efetiva por parte de todos os agricultores e agricultoras familiares das comunidades rurais, o que coloca em risco a continuidade destes projetos. Dentre as principais questões constatadas, destacam-se:

- 1) atrasos no recebimento de recursos financeiros para ampliação e modernização das instalações produtivas, assim como carência de capital próprio para a realização dessas ações;
- 2) problemas na infraestrutura dos imóveis em que foram instaladas as agroindústrias e constantes interrupções no fornecimento de energia elétrica, causando prejuízos aos produtores rurais;
- 3) carência de conhecimentos técnicos para melhorar a qualidade dos produtos agroalimentares;
- 5) perda na qualidade organoléptica dos produtos agroalimentares em virtude da substituição do modo de produção “artesanal” pelo “industrial”;
- 4) fraco dinamismo econômico dos mercados locais para absorver a produção dos empreendimentos coletivos, dificuldades em encontrar novos mercados para a venda de sua produção e inconstância dos mercados institucionais;
- 6) carência de conhecimentos, técnicas e recursos financeiros para o desenvolvimento de atividades mais econômicas e autônomas a partir da redução do uso de insumos externos nos manejos agropecuários;
- 7) desmobilização e desunião dos produtores rurais para se organizarem em torno de entidades de interesse coletivo a fim de desenvolverem ações em prol do fortalecimento de seus projetos;
- 8) carência e descontinuidade na oferta de serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER) etc.

Ademais, cumpre ressaltar que determinados projetos foram apropriados por um número de famílias menor do que o previsto durante a sua elaboração ou até mesmo não conseguiram atingir seus objetivos finais, tornando-se inoperantes meses após serem implementados. Além dos fatores já mencionados que justificam estas e outras questões problemáticas, cumpre também mencionar a má administração/aplicação dos recursos

financeiros, o despreparo dos dirigentes das associações comunitárias para a execução e manutenção dos projetos, a carência de orientação técnica após o início das atividades produtivas e a deficiente gestão social por parte dos órgãos públicos, conforme aponta um dos extensionistas entrevistados:

Faltou gestão social [a alguns projetos]. Esses projetos vieram assim oh: “Gente vocês querem fazer uma fábrica de que? Tem dinheiro pra isso, isso e isso. Isso não pode, isso não pode, isso não pode”. Era assim. Você fazia as reuniões e a gente falava né. Foi assim, pôs o dinheiro, criou várias agroindústrias. [Várias] Casas de farinha, casas de mel, essas estão paradas. (EXTENSIONISTA DE BEM-ESTAR SOCIAL 1 DA EMATER-MG, abril de 2015).

Observa-se, com efeito, que apesar da implementação de políticas públicas específicas para a agricultura familiar, inclusive com o financiamento de projetos elaborados pelos próprios beneficiários, a superação dos desafios à reprodução socioeconômica destes atores sociais não se realizará apenas com o estabelecimento de programas de apoio à produção, sendo necessário, conforme destacam estudos de Veiga (1996), Hespanhol (2008), Schneider; Cassol (2014), Diniz *et al.* (2016) e outros autores, ações complementares, articuladas e específicas para os diferentes tipos de produtores familiares, visando fomentar o desenvolvimento de distintas estratégias de uso da terra, da mão de obra e de inserção nos mercados locais e regionais.

No que diz respeito às políticas públicas implementadas pelo governo federal, foram apoiados projetos produtivos individuais (PBSM) e coletivos de âmbito territorial (PTC).

No que concerne ao PBSM, entre 2014 e 2016 foram destinados cerca de R\$ 19,5 milhões à operacionalização do programa no estado, contemplando mais de 8 mil famílias em situação de risco e vulnerabilidade social. Sua implementação ocorreu por meio da transferência de recursos financeiros (não reembolsáveis) e oferta de serviços públicos de ATER para o desenvolvimento de projetos produtivos pelas famílias beneficiárias. Os recursos financeiros, no valor máximo de R\$ 2.400,00 por família, foram transferidos por meio do cartão do Bolsa Família ou pelo Cartão do Cidadão para serem utilizados na compra de insumos e equipamentos (sementes, adubos, ferramentas, animais e matrizes reprodutoras) ou na contratação de pequenos serviços necessários à execução do projeto.

Os beneficiários do programa foram agricultores familiares que encontravam-se em situação de extrema pobreza e inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). Sua escolha foi feita privilegiando o espaço de ação política

dos CMDRSs e, após isso, os técnicos realizaram um diagnóstico sobre as suas condições de produção, elaboraram em comum acordo um projeto de desenvolvimento produtivo e prestaram assistência durante as atividades de execução do mesmo.

Para iniciar o projeto, as famílias receberam uma primeira parcela de R\$ 1.400,00, com a qual adquiriram parte dos insumos e equipamentos necessários para a execução das atividades produtivas. A segunda parcela de R\$ 1.000,00 foi transferida somente após a realização do processo de vistoria das ações executadas pelo extensionista da EMATER-MG.

Os projetos implementados nestes municípios abrangeram atividades agrícolas e não-agrícolas, destacando-se: avicultura, piscicultura, bovinocultura, suinocultura, apicultura, horticultura, viticultura, salão de beleza, borracharia, atividades de corte e costura etc. (Fotos 6 e 7).

Foto 6: Pocilga construída com recursos do Plano Brasil Sem Miséria (PBSM) no Vale do Jequitinhonha-MG



Fonte: Autores.

Foto 7: Galinheiro construído com recursos do Plano Brasil Sem Miséria (PBSM) no Vale do Jequitinhonha-MG



Fonte: Autores.

A execução destes projetos promoveu a inserção de grupos sociais historicamente excluídos/precariamente incluídos nas políticas públicas de desenvolvimento do setor agropecuário no Vale do Jequitinhonha-MG e possibilitou a realização de importantes progressos na manutenção e aprimoramento das atividades produtivas nos estabelecimentos rurais, a saber: diversificação e fortalecimento das estratégias de reprodução social dos agricultores familiares; ampliação e melhoria da infraestrutura de produção e adoção de boas práticas agropecuárias; fortalecimento dos circuitos curtos de comercialização e dinamização da economia local; legitimação e fortalecimento dos espaços de diálogo e decisão democrática dos CMDRSs etc.

No entanto, apesar de instituir importantes avanços para a reprodução social de famílias carentes no meio rural, o PBSM ainda apresenta problemas que colocam em risco a manutenção de seus efeitos positivos e prejudicam o pleno cumprimento de seus objetivos, como por exemplo: apoio à elaboração de projetos executados predominantemente de forma individual em detrimento do fomento à gestão coletiva e solidária; incentivo ao uso de sementes “variedades”, ao invés de crioulas, e de animais provenientes de grandes criatórios (pintainhos, por exemplo), em prejuízo de raças reproduzidas na região e “caipiras”; inexistência de ações voltadas à promoção da autonomia dos produtores a partir da redução do uso de insumos externos nos manejos agrícolas e da compra de alimentos para a nutrição dos animais etc.

Além dessas questões, alguns extensionistas afirmaram que as capacitações realizadas pela EMATER-MG não foram suficientes para torná-los aptos a executar o programa de modo adequado com as famílias beneficiárias. Com efeito, estes profissionais encontraram dificuldades em compatibilizar as atividades previamente estabelecidas pelos órgãos gestores com as suas condições e planejamento de trabalho nos municípios, o que inviabilizou a promoção de debates e reflexões visando a elaboração de projetos adequados às capacidades e potenciais de cada produtor, assim como o desenvolvimento de ações visando otimizar o uso dos recursos financeiros e realizar o acompanhamento técnico regular dos projetos.

A estas dificuldades se somam outras enfrentadas no dia a dia do trabalho extensionista na região, como o quadro reduzido de recursos humanos nos escritórios locais da empresa, a insuficiência de recursos financeiros para abastecimento dos veículos de modo a permitir o deslocamento contínuo no meio rural, as relações institucionais e

interinstitucionais perniciosas que geram casos de desvirtuamento da finalidade dos serviços de ATER etc. Tais problemas são enfrentados há décadas pelo serviço extensionista em Minas Gerais, conforme demonstrado nos estudos realizados por Fonseca (1985), Ricci *et al.* (1997) e Ricci (2000).

O PTC, por sua parte, foi instituído em 2008 com o propósito de coordenar e integrar as ações de 22 órgãos públicos federais (23 a partir de 2011), anteriormente desarticuladas e dispersas nestes órgãos, com base no planejamento territorial e direcionadas ao enfrentamento da pobreza e das desigualdades sociais no meio rural, tendo como público prioritário os agricultores familiares, assentados em projetos de reforma agrária, comunidades quilombolas, indígenas e pescadores.

No Vale do Jequitinhonha-MG, a execução de projetos produtivos financiados pelo programa ocorreu apenas no TC do Alto Jequitinhonha, sendo que nos demais foram realizados apenas investimentos de apoio à implantação/modernização de infraestrutura básica, ações de cidadania e educação, disponibilização de insumos e equipamentos agrícolas.

Nos municípios do Alto Jequitinhonha os projetos produtivos foram executados em apoio às seguintes atividades: apicultura, artesanato, fruticultura, derivados de cana-de-açúcar e cafeicultura. Além destes projetos, foi financiada a construção de uma Escola Família Agrícola (EFA). Atualmente, apenas esta escola e os empreendimentos de apoio às atividades do artesanato e da apicultura estão em funcionamento neste território, sendo que os projetos de apoio à cafeicultura e aos derivados de cana-de-açúcar sequer iniciaram suas atividades após a construção de suas sedes e aquisição dos maquinários. O projeto de fruticultura, apesar do expressivo sucesso nos anos posteriores à sua inauguração, encontra-se paralisado em virtude da interdição realizada pelo órgão federal de fiscalização sanitária, das dívidas com a concessionária de energia e de processos que tramitam na justiça do trabalho. Por este motivo, nossas análises se concentraram nos projetos que ainda estão em operacionalização e que estão gerando resultados positivos para seus beneficiários.

A Escola Família Agrícola no Alto Jequitinhonha começou a ser concebida em 2003, a partir da criação da Associação Comunitária de Desenvolvimento Educacional Familiar e Agropecuário de Veredinha (ACODEFAV) e do apoio fornecido pelos gestores do Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV). A institucionalização

das políticas públicas de desenvolvimento territorial anos mais tarde impulsionou a mobilização destes agentes sociais para a elaboração de um projeto visando a construção da Escola Família Agrícola de Veredinha (EFAV) a partir dos recursos financeiros do eixo temático da “educação do campo”. Com a aprovação do projeto em 2006, os recursos, da ordem de mais de R\$ 250 mil, foram liberados de forma gradual entre os anos 2007 e 2010, quando as obras de construção das instalações físicas da escola foram concluídas (Foto 8).

Foto 8: Sede da Escola Família Agrícola construída com recursos financeiros do Programa Territórios da Cidadania (PTC) no município de Veredinha-MG



Fonte: Autores.

Para a aquisição dos mobiliários e equipamentos de uso dos estudantes e docentes, acesso à rede de distribuição de energia elétrica e obtenção de recursos financeiros necessários ao pagamento dos salários do quadro de funcionários da instituição, o CAV solicitou o apoio de uma de suas entidades parceiras no exterior, a fundação suíça VIVAMOS MEJOR, a qual financiou um projeto de três anos (2011-2013), num valor de aproximadamente R\$ 150 mil, voltado a possibilitar o funcionamento da unidade de ensino. Além desta parceria, os gestores da instituição conseguiram obter o seu reconhecimento pela Secretaria Estadual de Educação e recursos do governo do estado por meio do “Programa de Apoio Financeiro às Escolas Família Agrícola”, pelo qual recebiam em 2016 o valor de R\$ 4.508,46 por estudante matriculado/ano.

Atualmente, o funcionamento da escola é garantido pelos repasses feitos pelo governo estadual (contrato sem prazo de validade), pagamentos mensais das famílias dos estudantes (R\$ 30,00 por estudante, pago em espécie ou por meio de produtos agroalimentares), recursos

do PNAE (R\$ 1,00 por estudante/dia letivo), venda de excedentes da produção agrícola cultivada em seu terreno e por meio de projetos financiados por entidades parceiras do CAV.

Anualmente são disponibilizadas em torno de 40 vagas para matrícula de jovens com faixa etária entre 15 e 18 anos. Em 2015 havia cerca de 80 estudantes matriculados na EFAV, oriundos dos meios rural, em sua maioria, e urbano de nove municípios do Alto Jequitinhonha. Os estudantes realizam o curso técnico em agropecuária integrado ao ensino médio, com formação em três anos a partir dos fundamentos teórico-metodológicos da pedagogia da alternância, permanecendo 15 dias em sua sede assistindo aulas em período integral e outros 15 junto de suas famílias para realização de atividades prático-pedagógicas. Os estágios profissionais são realizados desde o primeiro ano de estudo, oferecidos por entidades parceiras como o CAV, a EMATER-MG, prefeituras etc. Ao final do período de formação, cada estudante deve elaborar um projeto profissional com uma proposta de atividade produtiva a ser desenvolvida em um estabelecimento agropecuário ou nas comunidades rurais.

Desde que iniciou suas atividades em 2011, a EFAV já formou mais de 100 estudantes, alguns dos quais deram continuidade aos estudos, sobretudo na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM - campus de Diamantina-MG). Outros, por sua parte, se tornaram profissionais da própria EFAV, do CAV, da associação de feirantes de Veredinha, das prefeituras municipais ou estão desenvolvendo atividades produtivas no próprio estabelecimento rural da família.

No que concerne às parcerias estabelecidas com outros agentes sociais, além de entidades internacionais como a VIVAMOS MEJOR e a fundação japonesa SATOYAMA INITIATIVE, são executadas ações em cooperação com os sindicatos dos trabalhadores rurais, UFVJM, empresas privadas e EMATER-MG. Especificamente em relação ao apoio prestado pelos extensionistas desta instituição, são realizadas palestras para os estudantes, participação em atividades pedagógicas, como durante a avaliação de seus projetos profissionais ao final do curso técnico, doação de insumos e equipamentos do PMSF, execução de ações voltadas à implementação de métodos de produção mais ecológicos, além da disponibilização de vagas para realização de estágios nos escritórios locais de ATER. Ademais, cumpre ressaltar que os profissionais da empresa também apoiaram os membros da ACODEFAV durante a elaboração do projeto para construção da escola e nas reuniões realizadas no âmbito do colegiado territorial.

Embora recebam o apoio de diversos agentes sociais, os gestores da escola têm enfrentado uma série de dificuldades para manter o seu funcionamento, sobretudo no que diz respeito à aprovação de projetos de melhorias na infraestrutura do local e para obterem novas fontes, permanentes e maiores, de recursos financeiros, principalmente porque a contribuição da prefeitura de Veredinha tem sido instável e insuficiente para que possam cumprir com suas obrigações. No entanto, mesmo diante desses problemas, a EFAV é um dos poucos projetos financiados pelo PTC que continuam em pleno funcionamento e que conseguiram alcançar uma dimensão territorial no Alto Jequitinhonha, visto que seu corpo discente é composto por estudantes provenientes de 50% dos municípios deste território.

No que concerne ao projeto de apoio à atividade do artesanato, sua implementação teve como objetivo a construção da “Casa do Artesão ARTEVIVA”, um centro destinado à exposição e comercialização de produtos fabricados por artesãs e artesãos do Alto Jequitinhonha, além de derivados da agroindústria familiar – como geleias e doces (Foto 9).

Foto 9: Centro de exposição e comercialização de artesanatos “Casa do Artesão ARTEVIVA”, construída com recursos financeiros do Programa Territórios da Cidadania (PTC) no município de Capelinha-MG



Fonte: Autores.

Edificado e mobiliado com recursos da ordem de R\$ 90 mil, o centro foi inaugurado em 2015 no município de Capelinha-MG, sendo coordenado pela Associação Regional de Artesãos e Produtores da Agroindústria Familiar – Arte Viva do Jequitinhonha, criada no fim de 2014 para congregar organizações associativas de oito municípios do TC do Alto

Jequitinhonha. Em seu primeiro ano de funcionamento, a entidade contava com 55 associados e seus gestores realizavam ações voltadas à divulgação de seus objetivos e à admissão de novos membros.

O centro constitui para os artesãos um espaço onde a divulgação de seus produtos tem maior e melhor visibilidade, ocorre durante um período de tempo mais longo (seis dias) em comparação com a feira livre (um ou dois dias) e a um menor custo, possibilitando-lhes aumentar os rendimentos com a atividade e expandir seus mercados. Ademais, cumpre ressaltar que a maioria dos produtos é fabricada por mulheres, o que faz desta iniciativa social uma importante estratégia de geração de renda e empoderamento deste público.

Além do objetivo de possibilitar a venda direta aos consumidores, os gestores da Casa do Artesão também almejam torná-la um canal de negócios com outros compradores no estado, fazendo com que os expositores tenham acesso a um mercado maior e mais dinâmico. Para isso, a associação e a EMATER-MG trabalham em parceria na elaboração de projetos que visam fortalecer e expandir suas ações a partir da melhoria e ampliação da infraestrutura do espaço físico do centro, aquisição de novos mobiliários para expor os artesanatos, organização de cursos de capacitação para os associados, criação de uma logomarca para a entidade, de um *site* na internet e uma página na rede social do *Facebook* destinados à divulgação dos produtos etc.

No entanto, a consecução desses objetivos tem sido inviabilizada por uma série de problemas enfrentados por estes agentes sociais, tais como a dificuldade em obter recursos financeiros por meio de políticas públicas e de grandes empresas privadas que atuam na região, a burocracia dos agentes financeiros, como a Caixa Econômica Federal, que fazem a transferência dos recursos públicos às entidades territoriais, a carência de reconhecimento institucional, o descomprometimento político e a falta de apoio financeiro e logístico por parte do poder público dos municípios etc. Ademais, no que concerne aos artesãos, estes têm tido dificuldades em conseguir meios de transporte para participar das reuniões mensais da associação, as quais ocorrem de forma itinerante entre os municípios do Alto Jequitinhonha.

Em relação às ações de apoio à atividade apicultora, foi executado um projeto que envolveu a construção do prédio com todas as instalações físicas e foram adquiridos modernos equipamentos destinados à análise de coloração, filtragem, beneficiamento e homogeneização do mel produzido pelos apicultores deste território (Fotos 10 e 11). O custo total da obra e dos maquinários adquiridos foi de aproximadamente R\$ 1 milhão, financiado

tanto com recursos do PTC (em torno de R\$ 220 mil), quanto do governo do estado de Minas Gerais, de emendas parlamentares e de filantropos internacionais, originários de países como Alemanha, Itália e Suíça.

Foto 10: Imóvel onde funciona o entreposto do mel gerido pela Associação dos Apicultores do Vale do Jequitinhonha (AAPIVAJE)



Fonte: Autores.

Foto 11: Equipamentos utilizados para beneficiamento do mel na Associação dos Apicultores do Vale do Jequitinhonha (AAPIVAJE)



Fonte: Autores.

O entreposto está instalado no município de Turmalina e é gerido pela Associação dos Apicultores do Vale do Jequitinhonha (AAPIVAJE). Em 2015, a associação era

constituída por cerca de 120 apicultores provenientes de 15 municípios dos TCs do Alto e Médio Jequitinhonha. A produção individual por associado variava entre 30 kg, no caso dos pequenos produtores, e 10 toneladas, no caso daqueles que possuíam colmeias maiores. Ao longo do tempo a associação chegou a comercializar até 100 toneladas de mel/ano, porém, com o aumento das negociações realizadas individualmente entre os apicultores e os atravessadores, em 2014 foram comercializados em torno de 50 toneladas do produto.

Em fevereiro de 2016 o entreposto obteve o Selo de Inspeção Federal (SIF) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o qual passou a permitir à Cooperativa dos Apicultores do Vale do Jequitinhonha (COOPIVAJE), formada por apicultores da AAPIVAJE, comercializar o mel de seus apicultores em todo o território nacional e também exportá-lo com a marca “Mel Jequitinhonha”. Ademais, esta conquista contribuiu para agregar valor ao produto a partir do reconhecimento de sua qualidade e pela atribuição de uma identidade própria.

Com o início da operacionalização das atividades, o entreposto passou a ter capacidade de beneficiar cerca de 150 toneladas de mel/ano, ou seja, três vezes a quantidade que era comercializada pela AAPIVAJE em anos anteriores. A partir disso, a cooperativa almeja negociar a produção diretamente com agroindústrias de municípios da região leste de Minas Gerais (Vale do Aço), interior de São Paulo e Santa Catarina, atender aos mercados institucionais e ao comércio regional, e, futuramente, participar do comércio justo (*Fair Trade*), o que aumentará os rendimentos de seus associados e expandirá seus mercados.

Apesar das diversas ações realizadas pela AAPIVAJE visando o fortalecimento e a ampliação da atividade apicultora no alto e médio Jequitinhonha, uma série de problemas tem se constituído em entraves aos seus projetos e até mesmo colocado em risco a manutenção do entreposto, a saber: morte de colmeias causada pela pulverização aérea de monocultivo do eucalipto com agrotóxicos; atuação dos atravessadores nas comunidades rurais e nos estabelecimentos produtivos visando realizar a negociação individualmente com os apicultores, evitando, assim, que os mesmos se organizem coletivamente para comercializarem sua produção; expansão urbana em direção ao entorno do local onde está construído o entreposto, inclusive com a construção de um presídio no terreno ao lado do imóvel, o que coloca em risco as populações que moram e transitam pelo local caso ocorra algum acidente com a atração de enxames de abelhas até as áreas de coleta e beneficiamento do mel.

Constata-se, por conseguinte, que a implementação do PTC no Alto Jequitinhonha propiciou, por um lado, a execução de projetos produtivos que contribuíram para a autonomia e o empoderamento de grupos sociais historicamente marginalizados, o fortalecimento de suas estratégias de geração e diversificação da renda, o incentivo à sua emancipação e integração social, o fomento e a valorização do patrimônio histórico, artístico e cultural, a preservação do saber-fazer ligado às atividades tradicionais praticadas intergeracionalmente neste território e o apoio à formação educacional e profissional dos jovens. Por outro lado, contudo, muitos projetos não tiveram suas instalações e equipamentos sequer inaugurados pelos seus beneficiários, evidenciando a permanência de problemas estruturais que comprometem as iniciativas concebidas e executadas, ainda que com determinadas limitações, a partir de uma perspectiva mais horizontal e democrática para a superação da desigualdade e exclusão social dos sujeitos sociais rurais deste território.

Por fim, cumpre ressaltar que os problemas de organização sócio-política dos TCs se agravaram no primeiro governo Dilma (2011-2014), quando a substituição dos atores que faziam a articulação entre os colegiados territoriais e os ministérios federais desarticulou as instâncias de poder e direcionou os recursos às prefeituras municipais, desvirtuando completamente o foco do PTC, que era a promoção do desenvolvimento em uma escala mais ampla do que a dos municípios. O depoimento a seguir é bem elucidativo a este respeito:

Nesse último governo da Dilma [2011-2014], eles [órgãos ministeriais de gestão do PTC] conseguiram desarticular totalmente [o colegiado territorial do TC]. O que se decidia na reunião do [colegiado do] território, não era tomado [levado] em conta [pelos ministérios do governo federal]. Aí, de repente, existia uma articuladora do ministério, aí tiraram ela e colocaram ela mais a parte, de forma que ela não dava mais assistência pra cá. E aí o que aconteceu: as reuniões foram caindo, caindo, então as pessoas já não estavam mais com aquela coisa [vontade] de se reunir, porque marcava reunião e aí não acontecia, ou o que acontecia, não era feito. De repente, ao invés de reunir o território para ver como ia fazer [deliberar], então não, o governo pegava o dinheiro e falava: “Oh prefeito, você faz isso. Oh prefeito, você faz aquilo”. Então, pra que ter reunião? Aí nesses últimos anos eles passavam [os recursos financeiros e materiais] via prefeitura direto, eles nem convocavam o [colegiado do] território para reunir. Isso foi desarticulando, e agora, assim, o território que está aí hoje está capenga [enfraquecido]. Aí, um bando de prefeitos mal-intencionados se reuniu, aí cada um já levava seu projetinho. “Oh, pro meu município eu quero isso!”. A função do território não é “pro meu município eu quero isso”. A função do território é “pro nosso território nós queremos isso” (EXTENSIONISTA DE BEM-ESTAR SOCIAL 1 DA EMATER-MG, 2015).

A partir do governo de Dilma Rousseff, o PTC foi praticamente paralisado, sendo deixado em segundo plano. Logo após o vice Michel Temer ter assumido a Presidência

da República em decorrência do processo de impedimento da presidente, no ano de 2016, a estrutura institucional que dava sustentação ao PTC foi esfacelada e os Conselhos Territoriais, já desconsiderados no governo Dilma, foram totalmente desmobilizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da segunda metade do século XX, diversas políticas públicas foram implementadas no Vale do Jequitinhonha-MG visando promover a sua integração ao dinamismo econômico e social do restante do estado de Minas Gerais por meio da expansão das relações de produção capitalistas no campo e nas cidades. Ao fomentar a instalação de atividades baseadas na produção de monoculturas em grandes extensões de terras, como a silvicultura do eucalipto e a cafeicultura, o Estado reforçou a sua inserção subordinada e dependente na divisão territorial do trabalho, o que gerou resultados distintos e, muitas vezes, contraditórios nos âmbitos social, econômico, ambiental e territorial.

Tendo em vista que o quadro de desigualdade social e pobreza da região não foi superado com as medidas adotadas neste período, muito pelo contrário, foi agravado, em fins dos anos 1990 e início dos anos 2000 foram concebidas e executadas políticas de desenvolvimento rural que buscavam promover, ainda que com certas limitações e contradições, projetos contra-hegemônicos por meio de uma abordagem mais democrática, horizontal e territorial, voltados à autonomia dos agricultores familiares e à criação de espaços de contiguidade, cooperação e integração solidária no campo.

A partir do apoio a projetos produtivos individuais ou coletivos implantados na escala local (comunitária) ou territorial (conjunto de municípios), progressos importantes foram alcançados pelas famílias beneficiárias, tais como a segurança alimentar e nutricional daquelas que se encontravam em situação de risco e vulnerabilidade social, a inclusão produtiva e o resgate da cidadania de indivíduos e grupos marginalizados no âmbito das relações sociais, econômicas e culturais, a diversificação das fontes de renda etc. Promoveram-se, com efeito, sinergias positivas entre os agricultores familiares e destes com outros indivíduos e agentes sociais do município e da região que possibilitaram o fortalecimento de suas estratégias de reprodução social e a manutenção de suas famílias no campo.

Não obstante os avanços alcançados, diversas questões ainda persistem e impedem a instituição de um modelo de desenvolvimento rural mais solidário, autônomo e ecológico nesta região, que viabilize a emancipação e o empoderamento dos indivíduos e grupos sociais marginalizados e que fomente a manutenção, o aprimoramento e a expansão de suas atividades produtivas no campo. Dentre as principais questões que concorrem para isto, destacam-se: superposição de ações/políticas que não apresentam nenhum tipo de articulação e complementaridade entre si; carência de sinergias entre as municipalidades; atraso e/ou corte de recursos orçamentários para os projetos aprovados; persistência da forte presença das instituições estaduais e municipais na condução das políticas públicas em detrimento de uma ação mais participativa e democrática com agricultores, ONGs, sindicatos e sociedade civil; persistência de relações de poder assentadas em laços de clientelismo e autoritarismo; subutilização e até mesmo inutilização de equipamentos e prédios construídos para o beneficiamento da produção agropecuária etc.

Ressalta-se, ademais, que embora tenham instituído mudanças positivas no âmbito das estratégias de reprodução socioeconômica dos produtores familiares, as iniciativas executadas ao longo das últimas décadas representaram apenas uma resposta mitigatória adotada pelo Estado frente aos impactos causados pelo modelo de desenvolvimento perverso e predatório implementado na região ao longo da segunda metade do século XX, sem provocar, evidentemente, transformações mais profundas nas verdadeiras causas da precária inclusão social das famílias rurais, especialmente no que diz respeito ao acesso à terra.

Urge, com efeito, reconstruir, reestruturar e rearticular os instrumentos e estratégias de enfrentamento a estas questões de modo a fortalecer o dinamismo social, econômico e político dos territórios e instituir espaços de contiguidade, solidariedade, reciprocidade, horizontalidade, autonomia e esperança, onde a coesão horizontal seja posta a serviço da sociedade civil.

Para isso, o exercício de análise das políticas públicas de desenvolvimento rural, tal como feito neste artigo, torna-se cada vez mais imprescindível para a construção de inteligibilidades recíprocas entre experiências possíveis e disponíveis que podem servir de subsídios a produtores rurais, extensionistas e outros agentes estatais na reformulação dos projetos já implementados e de outros que serão concebidos.

Agradecimentos

Agradecemos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pela concessão da bolsa de Doutorado (Processo número: 2013/25725-8) que possibilitou a realização da pesquisa que deu origem a este artigo.

REFERÊNCIAS

CALIXTO, J. S.; RIBEIRO, A. E. M. Três olhares sobre o reflorestamento: a percepção de atores sociais sobre a monocultura de eucalipto no Alto Jequitinhonha, MG. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 9, n. 3, p. 437-450, 2007.

DINIZ, R. F. **Cafeicultura quilombola em agroecossistemas sociobiodiversos do Vale do Jequitinhonha**: estudo de caso nas comunidades de Santiago e Quilombo, município de Minas Novas/MG. 2010. 128 f. Monografia (Graduação em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

DINIZ, R. F. **Agroecossistemas & Sociobiodiversidade**: territorialidades e temporalidades nos Quilombos do Alagadiço, Minas Novas/MG [*travessias...*]. 2013. 389 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte, 2013.

DINIZ, R. F. **Diálogo de saberes ou monólogo do conhecimento?** Ação extensionista e políticas de desenvolvimento rural no Vale do Jequitinhonha mineiro. 2018. 489f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Campus de Presidente Prudente.

DINIZ, R. F.; TUBALDINI, M. A. S. O uso da biodiversidade local e da agroecologia na recuperação de áreas degradadas em territórios quilombolas nos municípios de Minas Novas e Chapada do Norte, Vale do Jequitinhonha/MG. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 5, n. 2, p. 124- 153, ago. 2011.

DINIZ, R. F.; TUBALDINI, M. A. S.; CARMO, V. A. do. Cafeicultura familiar e quilombola em territórios rurais: impasses e perspectivas da produção cafeeira nas grotas e chapadas de Minas Novas e Capelinha. *In*: TUBALDINI, M. A. dos S.; GIANASI, L. M. (org.). **Agricultura familiar, cultura camponesa e novas territorialidades no Vale do Jequitinhonha**: gênero, biodiversidade, patrimônio rural, artesanato e agroecologia. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. p. 215-234

DINIZ, R. F.; SEIDL, R. A. de S; TUBALDINI, M. A. S. Populações rurais e riscos socioambientais: reflexões sobre os impactos da agricultura moderna em comunidades camponesas e quilombolas do Vale do Jequitinhonha/MG. **Geografia**, Rio Claro, v. 38, p. 259-275, 2013.

DINIZ, R. F.; NEVES NETO, C. de. C.; HESPANHOL, A. N. A Emergência dos mercados institucionais no espaço rural brasileiro: agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional. **GeoUERJ**, Rio de Janeiro, n. 29, p. 234-252, 2016.

FERREIRA, D. A. de O.; FERNANDES, S. A formação conceitual do campesinato e da produção familiar no Brasil. In: MARAFON, G. J.; CHELOTTI, M. C.; PESSÔA, V. L. S. (org.). **Temas em geografia rural**. 2. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2020. p. 99-140.

FONSECA, M. T. L. da. **A extensão rural no Brasil: um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Loyola, 1985.

GALIZONI, F. M. **Águas da vida: população rural, cultura e água em Minas Gerais**. 2005. 198 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), São Paulo, Brasil, 2005.

HESPANHOL, A. N. Desafios da geração de renda em pequenas propriedades e a questão do Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil. In: ALVES, A. F.; CORRIJO, B. R.; CANDIOTTO, L. Z. P. (org.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 81-93

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário 2006: Agricultura Familiar – Segunda apuração, Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

LEITE, A. C. G. **A modernização do Vale do Jequitinhonha e o processo de formação do trabalhador “bóia-fria” em suas condições regionais de mobilização do trabalho**. 2010. 337 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade do Estado de São Paulo – USP, São Paulo, 2010.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA. **Sistema Extrato da DAP**. 2014. Disponível em: <http://smap14.mda.gov.br/extratodap/PesquisarDAP>

MOURA, M. M. **Os deserdados da terra: a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1988.

OLIVEIRA, A. W. S. de. **Desenvolvimento territorial, políticas públicas e inovação social no Alto Jequitinhonha – MG**. 2015. 293 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista – UNESP, Presidente Prudente-SP, 2015.

RIBEIRO, E. M. Agregados e fazendas no nordeste de Minas Gerais. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 393-433, 2010a.

RIBEIRO, R. F. O rio não corre só para o mar: os movimentos sociais e as lutas populares do Jequitinhonha nos anos 1980 e 1990. In: SOUZA, J. V. A. de;

HENRIQUES, M. S. **Vale do Jequitinhonha**: formação histórica, população e movimentos. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2010b. p. 189-207.

RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M. Quatro histórias de terras perdidas – modernização agrária e privatização de campos comuns em Minas Gerais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, v. 9, n. 2, p.115-129, nov. 2007.

RIBEIRO, E. M. *et al.* Agricultura familiar e programas de desenvolvimento rural no Alto Jequitinhonha. **Revista de Economia Rural**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 4, p. 1075-1102, out/dez 2007.

RICCI, R. Prefácio: fases e faces do extensionismo mineiro. *In*: RIBEIRO, J. P. **A saga da extensão rural em Minas Gerais**. São Paulo: Anablume; Minas Gerais: CPP/EMATER-MG, 2000. p. 13-19.

RICCI, R.; SOUZA, P. E. D.; SANTOS, S. N. dos. **Trajetória de uma experiência pioneira no Brasil: a extensão rural em Minas Gerais**: o extensionismo dos anos 80 e 90. v. 2. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG): Belo Horizonte, 1997.

SALAMONI, G.; FLORES, C. R. Reflexões teórico-metodológicas sobre a agricultura familiar: algumas perspectivas de estudo para o rural brasileiro. *In*: MARAFON, G. J.; CHELOTTI, M. C.; PESSÔA, V. L. S. (org.). **Temas em geografia rural**. 2. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2020. p. 141-164.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2008[1996].

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-122, 2003.

SCHNEIDER, S., CASSOL, A. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e implicações para políticas públicas. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, v. 31, n. 2, p. 227-263, maio./ago. 2014.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. *In*: FALEIRO, F. G.; FARIAS NETO, A. L. (org.). **Savanas**: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais. Planaltina: Embrapa Cerrados, 2008. p. 989-1.014.

SERVILHA, M. de M. Vale do Jequitinhonha: a emergência de uma região. *In*: NOGUEIRA, M. das D. P. (org.). **Vale do Jequitinhonha**: cultura e desenvolvimento. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2012. p. 22-50

SOUZA, J. V. A. de. Introdução. *In*: SOUZA, J. V. A. de; HENRIQUES, M. S. (org.). **Vale do Jequitinhonha**: formação histórica, população e movimentos. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2010. p. 11-23.

TUBALDINI, M. A. dos S. **A organização da cafeicultura em São Sebastião do Paraíso**. 1982. 265 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 1982.

TUBALDINI, M. A. S. *et al.* **Mapeamento e Análise das Estratégias de Reprodução Social Complementares da Agricultura Camponesa no Recorte Territorial de Minas Novas, Capelinha e Chapada do Norte – Vale do Jequitinhonha**. Belo Horizonte: Terra & Sociedade – Núcleo de Estudos em Geografia Agrária, Agricultura Familiar e Cultura Camponesa, 2011. 530 p. Projeto FAPEMIG – 1480 APQ – 01430 – 08/10.

VEIGA, J. E. Agricultura familiar e sustentabilidade. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.13, n.3, p.383-404, 1996.

WANDERLEY, M. de N. B. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 2, p. 29-37, 2000.

WANDERLEY, M. de N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 21, p. 42-61, 2004.

Recebido em 25/11/2019. Aceito para publicação em 09/05/2020.
--